Acervo ISA

GM 18/3/97 A1 e A6 ⑤

"A natureza um dia poderá viver sem nós"

por Washington Novaes
do Rio

(Especial para
a Gazeta Mercantil)

"Dentro de 30 ou 40 anos, se continuarmos nas direções em que vamos, as mudanças na biosfera serão irreversíveis, porque vão interferir na auto-regulação do nosso planeta. E nós não temos outro sistema para substituí-la. Precisamos restringir nossas atividades destrutivas. Não quero criar pânico, não quero fazer dramas, mas vejo dramas à nossa frente. Se não mudarmos nosso comportamento, a natureza poderá ter de viver sem nós."

São palavras fortes, de um estadista experiente – Mikhail Gorbachev, o ex-chefe de governo soviético, que será um dos contribuintes para a Carta da Terra a ser proclamada ao final desta conferência Rio + 5. Atrasado para a entrevista coletiva, por causa de um problema ambiental que interrompeu o trânsito perto do Hotel Sheraton (gases acumulados na rede subterrânea explodiram, atingindo vários carros), Gorbachev pediu desculpas. Mas disse não ter dúvida de que o drama ambiental é a questão central do nosso tempo. Teremos – acha ele – de encontrar novos formatos de viver, de restringir nosso consumo, "mudar de vida" mesmo. O caminho para isso seriam "10 ou 15 compromissos ecológicos básicos" a serem assumidos por todos os países. Mas para serem cumpridos. Porque nos últimos cinco anos, apesar do que se escreveu e assinou na Rio 92, "pouco se fez". *(Cont. A-6)*

Acervo ISA

9m
18/3/97 cont
05

■ NACIONAL

Carta da Terra define mandamentos

Documento deve entrar em vigor em 2002 e princípios da Rio 92 ainda não saíram do papel

por Washington Novaes
do Rio
(Especial para a Gazeta Mercantil)

Em certos momentos de uma conferência internacional como esta Rio + 5, não há como escapar à sensação de que o paradoxo com muita freqüência conduz as ações humanas, mesmo em situações muito críticas e diante de evidências claras.

Desde quinta-feira passada e ao longo de todo o dia de ontem, mais de 500 representantes de oitenta e tantas nações discutiram exaustivamente o que será o conteúdo da Carta da Terra a ser anunciada hoje. Ao longo dessas discussões, demonstrou-se, também exaustivamente, que pouco se avançou, no concreto, rumo à implementação das convenções assinadas na Rio 92 e da Agenda 21. Por outro lado, quase nenhum participante esconde seus temores de que, se não houver mudanças rápidas nesses rumos, poderemos caminhar em direção ao indesejável – ainda ontem de manhã, Mikhail Gorbachev chegou ao terreno dramático, ao dizer que dentro de 30 ou 40 anos a Terra poderá viver sem nós, se não houvermos mudado nossa conduta.

Pois ainda assim, nas discussões sobre a Carta da Terra, a proposta é de que se leve o que for aprovado aqui à reunião da Comissão de Desenvolvimento Sustentável da ONU em Nova York, em junho próximo. Ali se iniciaria outro processo de discussão, para que a Carta possa ser aprovada até 1998 e possa entrar em vigor aí por volta de 2002. Isso é que é confiar no tempo e no nosso futuro comum.

"Se não houver mudanças rápidas, as conseqüências poderão ser dramáticas"

O que se pretende com a Carta é criar uma espécie de mandamentos da Terra, alguns princípios éticos e recomendações práticas para países, comunidades, organizações e indivíduos, os quais, se seguidos, nos levariam ao desenvolvimento sustentável. Princípios universais, compartilhados por todas as raças, culturas, religiões e tradições. Se aprovados pela comunidade internacional, seriam adotados pelos governos e nas relações internacionais, de modo a dirigir também as ações até no nível individual.

São princípios que partem do pressuposto de que a humanidade é parte de um universo evolutivo – "a Terra é nossa casa", diz o esboço em discussão – e de que vivemos numa comunidade interdependente e diversificada, reconhecemos nossa responsabilidade diante das futuras gerações e admitimos que estamos num momento decisivo, porque "a má utilização do nosso conhecimento e o poder ameaçam a essência da vida e as bases da segurança global". A readequação da nossa civilização tecnológica e industrial teria de começar com uma transformação dos nossos valores. Nossa alternativa estaria entre "sermos os guardiães da Terra ou seus destruidores".

Desse raciocínio nasceriam os princípios básicos, como "respeitar a Terra e a vida", cuidar de ambas, "protegendo e restaurando a saúde, a integridade e a beleza dos ecossistemas", viver de forma sustentável em comunidades sustentáveis; dividir equitativamente, entre as nações como entre ricos e pobres, homens e mulheres, gerações presentes e futuras, os benefícios e custos da utilização dos recursos naturais; promover o desenvolvimento econômico sustentável e que permita erradicar a pobreza e fortalecer as comunidades locais; criar caminhos para que a sociedade participe das tomadas de decisões; estabilizar os níveis da população humana; partilhar o conhecimento científico sobre o meio ambiente; atuar com um sentido de responsabilidade universal.

E por que caminhos práticos se poderia cumprir esses objetivos? É exatamente o que estão discutindo, em workshops diários, os sete grupos de trabalho.

O grupo que discute as questões relacionadas com a proteção da biodiversidade e a partilha dos resultados de sua exploração trabalha com a idéia de que os progressos serão difíceis se o valor da biodiversidade não for incorporado às contas nacionais. Mas como calculá-lo? E como reconhecer o valor do conhecimento indígena, por exemplo, além do valor da proteção que, na prática, os índios exercem sobre as espécies? Há quem calcule em bilhões de dólares anuais o valor desses conhecimentos incorporados a medicamentos e alimentos comercializados. Mas os índios nada recebem por isso.

Na área de energia, está-se propondo que o Rio + 5 lance "um milhão de iniciativas" que envolvam os jovens do mundo todo, para reduzir em 25% o consumo de todas as formas de energia. Na direção contrária, seria preciso incorporar ao desfrute dessas energias dois bilhões de pessoas que não dispõem dos serviços básicos. A ênfase deveria recair sobre a conservação de energia, em lugar da implantação de novas fontes. Principalmente nos países mais ricos, "ilhas de desperdício". Propõe-se ainda que 2001 seja declarado "o ano da energia sustentável" e que se suspendam todos os subsídios a combustíveis fósseis e nucleares – com recomendações especiais ao BIRD e ao FMI.

Substituir geração por conservação exigirá, é certo, calcular, em cada projeto, além do custo econômico e financeiro, o custo ambiental, no curto e no longo prazo. Mas a conservação será facilitada se os governos admitirem rever os sistemas de transporte, iluminação e refrigeração/calefação. Além disso, precisarão internar a conservação no planejamento do uso da terra, da habitação, do transporte público. E associar-se ao setor privado em programas de cogeração, criar instituições capacitadas para implantar programas sustentáveis de energia.

"Substituir geração por conservação exigirá calcular o custo ambiental"

Será fundamental, nesse capítulo, que na conferência dos signatários da convenção sobre mudanças climáticas (dezembro próximo, no Japão), se implantem limites obrigatórios para emissão de gases poluentes. E se estabeleça um prazo até 2005 para que os países da OECD reduzam no mínimo em 20% suas emissões, calculadas sobre os patamares de 1990 (que eles se comprometeram em 1992 a não ultrapassar – mas não cumpriram, com exceção da Alemanha e Inglaterra). Novos limites, ainda menores, precisarão ser estabelecidos para 2010 e 2020.

Um dos dramas dos que discutem os princípios e propostas da Carta da Terra está no capítulo da informação – específica e geral.

O "gap" no conhecimento de tecnologias está crescendo e ameaçando de marginalização talvez definitiva muitos países africanos. Mais de 50% da população da Terra vivem a mais de duas horas de caminhada do telefone mais próximo.

Além disso, não se trata apenas de informação – mas de qualidade da informação. Na maior parte da informação que circula, "o approach não é holístico". E "a Internet está vendendo estilos de vida consumistas".

Curiosamente, um dos setores que se julga poderão ser mais efetivos na implantação do desenvolvimento sustentável é o do turismo e viagens, que hoje responderia, direta e indiretamente, por uns 10% do PIB mundial, dos investimentos e dos empregos. Além disso, teria a vantagem de oferecer empregos aos segmentos com mais dificuldades – mulheres, jovens, minorias. Mas é também um setor que, mal orientado, "pode ser extremamente danoso".

Se há um ponto em que todos os participantes concordam é o de que sem erradicar a pobreza não haverá desenvolvimento sustentável. E será preciso tomar medidas para inserir os excluídos no processo global, porque o mercado, sozinho, não o fará.

Para as comunidades dos negócios, a recomendação seria de inserir no Código de Conduta aprovado pela Câmara Internacional de Comércio, "os três pilares do desenvolvimento sustentável: ecológico, econômico e social", para qualquer empreendimento. Os homens de negócios deveriam estabelecer três alvos: nenhum acidente, nenhum prejuízo para as pessoas, nenhum dano ao meio ambiente.

Para coroar o bolo, a grande recomendação seria criar os Conselhos Nacionais de Desenvolvimento Sustentável, nos quais estivessem representados o governo (com todos os ministros), os educadores, as ONGs, as mulheres, as crianças, os jovens, os sindicatos, a indústria, o comércio, os serviços, as autoridades locais, os fazendeiros, os cientistas e, "the last but not the least", os índios.

Dificilmente qualquer pessoa sensata divergiria frontalmente das teses. Mas, como sempre, a questão será como levar os princípios a permear a ação de governos, empresas e pessoas. No terreno prático, as contradições são gigantescas – basta ver o modestíssimo progresso de 1992 para cá. E lembrar que 2002 como ano de vigência plena da Carta da Terra foi escolhido por comemorar o trigésimo aniversário da conferência de Estocolmo, o vigésimo da Carta da Natureza, o décimo da Rio 92 (e, pode-se acrescentar, o quinto desta Rio + 5). De todas elas muita gente saiu com a esperança de que os rumos indesejados seriam revertidos.

"A natureza um dia poderá viver sem nós"

por Washington Novaes
do Rio
(Especial para a Gazeta Mercantil)
(Continuação da página A-1)

O problema central, na sua visão, está em que bilhões de pessoas não podem continuar trabalhando apenas para satisfazer as necessidades do "golden billion", um bilhão de pessoas privilegiadas no Primeiro Mundo e em segmentos de outros países. E que fazer para que não seja assim? "Sabemos os resultados da utopia comunista", lembrou ele do alto de sua experiência. "Mas o Ocidente também não pode impor ao mundo os seus valores". Não podemos esquecer que há outras culturas, outras religiões, outras formas de viver. "O mundo precisa unir-se, mas na diversidade, na cooperação, levando em conta as especificidades de cada país".

E mais: "Se alguém pensar em usar a força militar para manter uma vantagem, poderá nos levar para situações muito difíceis". Porque "a vida estará ao lado dos que clamam para que o mundo não tenha hegemonia de nenhum país, e sim a prevalência dos interesses de todos. Precisamos de uma síntese de todas as experiências".

Uma nova utopia, com certeza, proposta por quem já viu naufragar outra, quando estava à frente dos caminhos que ela propunha. Mas Gorbachev parece não assustar-se com isso. Quando lhe perguntaram qual é o modelo de sucesso em algum país que ele poderia apontar, respondeu que "é a democracia". Sem deixar de acrescentar que, se tivesse de resumir sua visão numa só palavra, diria que é "otimista". Admitiu, entretanto, que "não é fácil".

"O problema está em transferir os princípios da Carta da Terra, um documento poderoso, para a política"

Brasil e Rússia

Gorbachev começou dizendo que são muito grandes as transformações no Brasil desde sua última visita, mas que os problemas são parecidos com os de seu país. Ambos estão começando a sair de "anos difíceis" e tendo de enfrentar novos problemas. A experiência brasileira deste período, ele pensa, "é muito importante para nós", embora sejam muito fortes as diferenças. Um país sai de uma experiência totalitária, o outro de um tempo ditatorial. Em ambos, a população é comparável, da mesma forma que em ambos é muito forte a influência do Estado na sociedade.

"Nosso problema é como usar a democracia, como modernizar a sociedade em estruturas democráticas, como conservar a originalidade, como respeitar a tradição, a cultura. Um país não pode copiar outro." Mais complicado ainda é que "somos ricos, os dois países, mas não sabemos utilizar a riqueza".

Não deveríamos, entretanto, concordar – foi sua resposta a uma pergunta – com um modelo em que os países mais ricos, para resolver seus problemas de poluição e custo da mão-de-obra, transfiram para os subdesenvolvidos esse tipo de atividade econômica, sem pensar em que "as respostas da natureza não correspondem ao lucro".

"Temos um mundo dividido entre os que têm e os que não têm. Precisamos sentar e conversar.

Os difíceis caminhos

Segundo Gorbachev, a vida "estará ao lado daqueles que clamam para que o mundo não viva sob a hegemonia de nenhum país, para que prevaleçam os interesses de todos". Para isso, é preciso fortalecer nos mecanismos de relações internacionais – a ONU, os tratados comerciais, os acordos ambientais – os caminhos que permitam reorganizar as relações sociais considerando "as necessidades dos pobres, dos atrasados", para eliminar as diferenças.

"A sociedade deve dizer aos políticos quais são as regras do jogo. É o início do caminho", sentenciou ele, lembrando que essas idéias estão no esboço da Carta da Terra em discussão na Rio + 5: "Um documento poderoso, capaz de expressar um consenso decisivo". O problema está em como "transferir esses princípios para a política". Inclusive para a política internacional: "A ONU também precisa mudar".

A construção política

Quando lhe perguntaram sobre a anunciada paralisação geral em seu país, no próximo dia 27, e sobre a decisão do general Lebed, de criar um partido político, Gorbachev começou pelo general. Disse ser um passo importante o que está dando, um amadurecimento político: "Para ser governo, é preciso criar um partido, criar uma terceira força. Ele está amadurecendo como político, precisava disso".

Pensa, porém, que a situação russa é muito difícil. O governo está acumulando reservas e atrasando o pagamento de salários. "Pode conseguir algum êxito macroeconômico", mas "será um êxito artificial", já que "quem está pagando a conta são as pessoas que não podem ir ao supermercado. Se pudessem, esgotariam os estoques". Os problemas sociais, a seu ver, poderão mudar o quadro.

Ao final da entrevista, restava a velha sensação que tem permeado todas as discussões: como levar à prática idéias e conceitos sensatos? Como transformar as realidades da política?

Para essas questões Gorbachev não forneceu respostas concretas. Resta ver o que virá na Carta da Terra.

Investimento em energia deve dobrar

por Daniela Caride
do Rio

Será necessário dobrar os investimentos mundiais em energia até o ano 2020 para que seja possível manter os níveis atuais de produtividade da indústria mundial. Em meados dos anos 90, o setor de produção de energia investia, em todo o mundo, US$ 450 milhões anualmente. O número deverá subir para cerca de US$ 1 bilhão ao ano em 23 anos.

A projeção faz parte do estudo intitulado "Energia Após Rio-92, Perspectivas e Desafios", publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O documento foi exposto ontem por Sally Tymponny, uma das representantes do PNUD, na conferência internacional sobre Meio Ambiente Rio +5.

Sally disse que a produção de energia através de recursos não-renováveis está fazendo os preços das matérias-primas dispararem no mercado internacional. Por conta disso, cerca de 1,5 bilhão de pessoas no mundo já estão sem eletricidade, por falta de condições financeiras para bancar os gastos com energia.

Ela acredita que a única forma de fugir aos alarmantes números seria buscar a viabilidade econômica através da aplicação de tecnologias de energias baseadas em recursos renováveis. "Só vamos conseguir superar o impasse quando governos e iniciativa privada notarem a importância de trocar tecnologia", complementa o vice-presidente sênior do Instituto World Watch, Christopher Flavin. Ele adverte para o fato de que as empresas devem optar agora por obtenção de energia "limpa" enquanto os governos ainda concedem incentivos fiscais para esse procedimento.

Ele lembra, porém, que os cientistas deram passos significativos no campo de desenvolvimento de tecnologias alternativas desde 1992. Ele declara que 19% da energia total mundial já é renovável, principalmente do tipo eólica. "Desde os anos 80, países da Europa se tornaram líderes em produção de energia renovável, como é o caso da Alemanha.

"Dívida conspira contra objetivos"

Parlamentares alertam para impacto da questão nos planos da AL

por Fátima Laranjeira
do Rio

A reinserção do tratamento da dívida externa da América Latina na pauta da Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas e sua inclusão na Carta da Terra estão sendo reivindicadas pela Comissão Latino-americana Interparlamentar de Meio Ambiente. "É preciso examinar o impacto da dívida externa na região como um fator que dificulta alcançarmos os objetivos da Agenda 21", afirma Marcelo Decoud, secretário-geral da entidade, que está apresentando a declaração "Dívida Externa e Desenvolvimento Sustentado" ao Conselho da Terra, na conferência Rio+5.

"A alta unilateral e ilimitada das taxas de juros levou a América Latina a um endividamento superior a US$ 600 bilhões e o pagamento do serviço da dívida priva nossos povos do direito ao desenvolvimento", diz Decoud. Para ele, não há como abordar a questão do desenvolvimento sustentável sem discutir a dívida. "Apenas o Equador paga o equivalente a 28% de seu PIB e deixar esse tema fora do Rio+5 seria uma grande hipocrisia".

Segundo a comissão, a cobrança de juros arbitrários conspira contra a possibilidade de desenvolvimento sustentável dos países devedores e contraria o "dever jurídico" dos estados credores de não impedir o progresso da América Latina. "É preciso lembrar que os reconhecimentos feitos por alguns países devedores, enquadrados no Plano Brady e outros acordos, não são o saneamento da pressuposta ilicitude das altas unilaterais de taxas de juros", afirma.

Decoud, que é deputado no parlamento paraguaio, conta que a Comissão Latinoamericana Interparlamentar de Meio Ambiente já tem um extenso documento preparado para ser apresentado à Corte Internacional de Justiça de Haia questionar os empréstimos externos feitos pelos países da América Latina durante os governos militares. "Queremos que a Corte se pronuncie sobre os créditos dados quando os países não vivam no Estado de Direito", ressalta.

Na sua opinião, o questionamento feito pela Comissão discutirá, pela primeira vez, o tema de maneira séria, fundamentando economicamente, juridicamente e socialmente a impossibilidade de os países pagarem totalmente esses financiamentos. "A renegociação com base no investimento desses valores em projetos para o desenvolvimento sustentado da America Latina pode ser uma boa alternativa para se tratar o problema", diz.

A intenção da comissão, conta seu secretário-geral, é encontrar uma "via de racionalidade e de conciliação" para uma solução satisfatória para o problema, que não afeta só os países devedores, mas também vai contra a responsabilidade global para conseguir o desenvolvimento sustentável. "A dívida externa é um dos sistemas mais perversos para o desenvolvimento das nações e se faz necessário e urgente sua colocação na Carta da Terra", afirma.

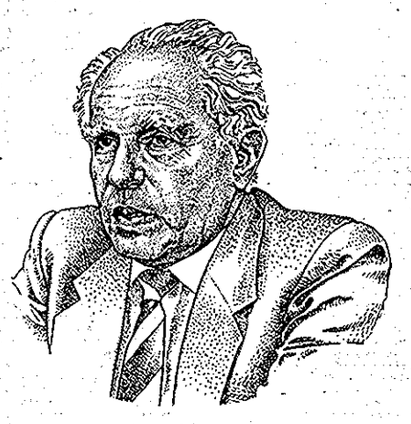
Ontem, a plenária da Rio+5 sobre Gerenciamento do Comércio, Investimentos e Assuntos Regionais Comuns criticou a posição da Organização Mundial de Comércio (OMC) de se recusar a discutir temas ambientais. "Na cúpula da OMC em Cingapura não houve qualquer abordagem sobre a questão", afirmou Carlos Pimenta, do Parlamento Europeu, que defendeu a criação de um novo fórum para discutir meio ambiente e comércio.

Goldemberg defende o Proálcool

O físico e ex-ministro de Meio Ambiente e da Ciência e Tecnologia, José Goldemberg, defendeu ontem a preservação do Proálcool pelo governo brasileiro, mesmo que para isso seja necessário a imposição de um "imposto verde" em âmbito nacional. Goldemberg, que esteve ontem na Rio+5, pediu ainda que a conferência pressione mais contundentemente os países ricos para que eles estabeleçam metas e prazos para a redução das emissões de gases, principalmente na reunião de chefes de Estado que se realizará em Kioto, em dezembro.

Goldemberg lembrou que nos debates da Rio 92 o problema do efeito estufa não recebeu o destaque que merecia. "Apesar disso, o aquecimento mundial continua e o uso da energia é um dos fatores essenciais para se discutir a sustentabilidade", disse o professor da Universidade de São Paulo, que considera o Proálcool uma das mais importantes experiências de aproveitamento energético da biomassa.

O presidente do Comitê organizador da Rio+5, Israel Klabin, afirmou que 75% dos gases emitidos no mundo provêm dos países desenvolvidos e do uso elevado de combustíveis fósseis. "Essa emissão supera em muitas vezes a capacidade da Terra de metabolizá-la", disse. "Teremos que plantar mais florestas,



José Goldemberg

acelerar o uso de energias limpas ou ainda elaborar um plano global de economia energética ou até fazer tudo isso ao mesmo tempo", disse.

Os países ricos precisam investir apenas entre 1% a 2% do Produto Interno Bruto (PIB) para adaptarem seus sistemas para poluirem menos – um investimento pequeno pelos benefícios que traz, disse Goldemberg. As nações em desenvolvimento, no entanto, teriam de comprometer 8% do PIB, o que quebraria o ritmo de crescimento de suas economias". Além disso, os países em desenvolvimento não são os maiores emissores de gases e, pela Convenção do Clima, só se comprometeram a monitorar o nível de poluição", diz.

Frank T. Joshua, do Comitê das Nações Unidas para Comércio e Desenvolvimento (Unctad), contou que há medidas voluntárias para diminuir gases, mas que é preciso que os países firmem acordos com objetivos definidos de diminuição da emissão. "O custo é o elemento crítico e os países precisam analisar o custo-benefício que está atrás dessa decisão", afirmou.

Na visão de Goldemberg, os Estados Unidos estão "arrastando" a agenda, estabelecendo diretrizes até 2050. Apesar disso, a proposta norte-americana de começar adotar limites para as emissões a partir de 2015 é vista por ele como um bom sinal: "Isso abrirá o debate em Kioto num tom correto e poderemos até esperar que os países signatários da Convenção do Clima consigam adotar essas restrições já a partir de 2005".

A solução para ele, no entanto, só virá pela substituição dos combustíveis fósseis – responsáveis por 90% do consumo mundial – pelo que ele classifica de "tecnologias demonstradas": células foto-voltáicas; moinho de vento – responsáveis pelo abastecimento de 10% da energia na Dinamarca; e pelo uso da biomassa, como o álcool, considerada por ele de "depósito dos países pobres".

(F.L.)